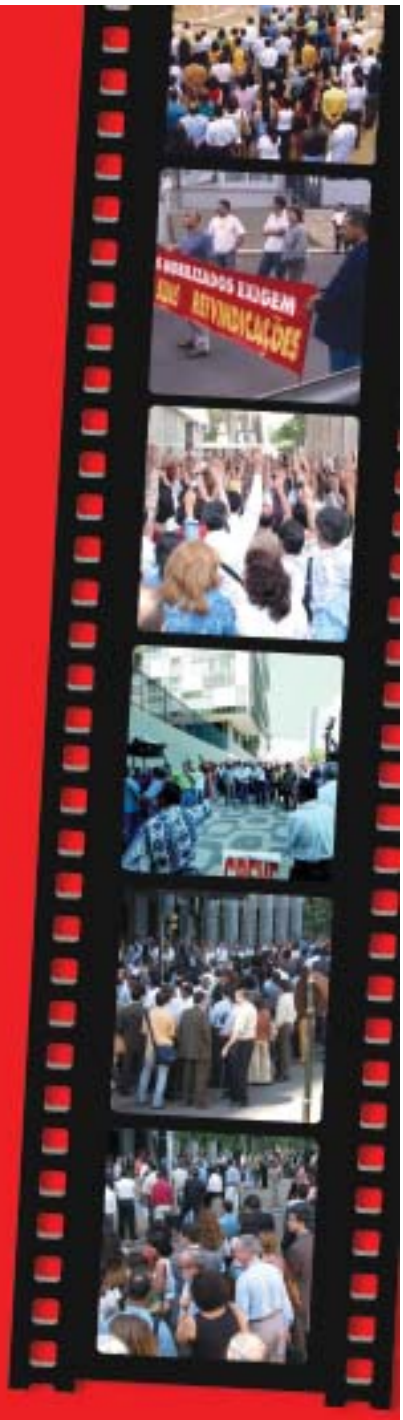
PSTU
Opinião socialista
Ano VIII Edição 159
De 18/9 A 01/10/2003
Contribuição: R$ 2,00

CONTRA A POLÍTICA DE ARROCHO DO GOVERNO, DO FMI E DA PATRONAL

GREVE UNIFICADA!



PÁGINAS 6-7

PLEBISCITO OFICIAL SOBRE A ALCA

ABAIXO-ASSINADO É ENTREGUE AO GOVERNO

PÁGINA 8

JUVENTUDE

O AGOSTO DO BUZU EM SALVADOR

ESTUDANTES PARAM A CIDADE CONTRA AUMENTO DAS PASSAGENS

PÁGINA 5

O QUE SE DISSE

"Podemos mexer em tudo, desde que haja negociação. Se alguém quiser retirar alguma coisa, a outra parte da mesa perguntará como será compensada. É certo que ninguém sairá do Fórum Nacional com as mesmas posições que entrou."

JACQUES WAGNER, *ministro do Trabalho e Emprego, na abertura da Conferência Estadual do Trabalho (Porto Alegre, 11/9)*

NOTAS

SEMINÁRIO DEBATERÁ REFORMAS TRABALHISTA E SINDICAL

As reformas trabalhista e sindical que se preparam no Brasil não estão dissociadas da tendência geral que se observa acerca desse assunto nos outros países: promover desregulamentação, flexibilização e eliminação de direitos dos trabalhadores.

No Brasil, as mudanças feitas no governo anterior, bem como os discursos e "balões de ensaio" lançados pelos representantes do atual governo, também apontam neste mesmo sentido.

Essa discussão já está em curso em diversos segmentos da sociedade e, particularmente, no Fórum Nacional do Trabalho, criado pelo governo (onde participam as centrais sindicais e representações dos empresários). O objetivo é formular "propostas consensuais" para enviar ao Congresso Nacional.

A FENAM (Federação Nacional dos Metalúrgicos da CUT), o ANDES/SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Universidades Brasileiras), a FENASPS (Federação Nacional dos Trabalhadores na Previdência, Saúde e Trabalho) e a FSDMG (Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais), promovem o **Seminário sobre Reforma Trabalhista e Sindical**, para defender os direitos dos trabalhadores e fortalecer a organização sindical classista e de luta. O evento será nos dias 30 de setembro e 1 de outubro, no Sindicato dos Químicos de São Paulo.

As inscrições podem ser feitas no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, através do e-mail: *secretaria@sindmetalsjc.org.br* ou pelo telefone (012) 3946.5305, com Ana. A taxa de inscrição é R$ 10 e poderá ser paga no credenciamento. Leia a convocatória no site *www.pstu.org.br*.

EDITORIAL

Greve unificada contra a política de arrocho salarial do governo, do FMI e da patronal

Palocci enviou nova carta subserviente ao FMI, onde se compromete em manter o superávit primário de 4,25% do PIB para pagamento de juros da dívida externa.

Discute-se também a renovação ou não do acordo com o FMI. No Orçamento de 2004, o governo já se comprometeu a manter intacta toda a política do Fundo. O resultado é que, para seguir transferindo bilhões para os banqueiros, além de faltar verbas para aumentar o salário mínimo e fazer a reforma agrária, o governo tenta impor um tremendo arrocho salarial. É o que já estamos vendo nas campanhas salariais de correios, bancários, petroleiros, portuários, químicos e outros. Além da patronal metalúrgica que se nega a repor as perdas inflacionárias.

Nos Correios, a direção da empresa estatal – subordinada ao governo – oferece 6% de reajuste, contra perdas de mais de 58% e uma inflação de mais de 20% só no último ano.

Os banqueiros têm o descaramento de propor 10% de reajuste, diante de perdas de 21% só no último ano e de mais de 100% nos bancos federais. A Petrobrás, com lucro recorde, ofereceu 6% de reajuste. A Fiesp diz que repor a inflação nem pensar e ainda quer parcelar o reajuste.

O governo, através de Palocci, disse que os reajustes salariais não podem ser de acordo com a inflação passada, mas futura, porque, do contrário, os reajustes vão gerar inflação. Nem no argumento inovam.

Os trabalhadores elegeram Lula porque queriam mudanças. E acreditam que é hora, sim, de dar um basta ao arrocho e ir à greve. Por isso, bancários, petroleiros, funcionários do Banco Central e dos Correios têm demonstrado grande combatividade e radicalização.

A direção majoritária da CUT, a Articulação e o PCdoB, tem tentado impor reivindicações rebaixadas, no que têm sido derrotados em muitos lugares, e não querem unificar as categorias.

Neste sentido a greve de Correios é emblemática, porque se impôs nacionalmente pela base, contra a maioria da direção da Federação e dos sindicatos que estavam contra. Mas no afã de defender a política do governo, dirigentes sindicais do PT e do PC do B, em aliança com a empresa, impediram que a base decidisse sobre a continuidade da greve e mesmo tendo sido derrotados se retiraram da assembléia de São Paulo e foram à imprensa decretar o fim do movimento.

É hora de ir à greve e de unificar as campanhas salariais. Estas não se confrontam só com as empresas, mas com a política econômica: a Febraban, as direções das estatais, a Fiesp, o governo e o FMI têm uma política unificada de arrocho. É do salário dos trabalhadores que sai o dinheiro para pagar a dívida externa.

É hora dos trabalhadores irem à greve unificada, montar comandos de base e impor a greve aos seus sindicatos. É hora também de todos exigirem que Lula rompa com a Alca e o FMI, pare de pagar bilhões para os banqueiros e garanta salário, emprego e terra.

Liberdade para os sem-terra

No dia 11 de julho José Rainha compareceu ao Fórum de Teodoro Sampaio (SP) como testemunha em um processo, e foi preso. Felinto Procópio dos Santos, o Mineirinho, foi visitá-lo, e também foi preso. Em 10 de setembro a polícia prendeu Diolinda Alves em sua casa, na frente de seus filhos.

O deputado Luis Eduardo Greenhalgh chamou o juiz Átis de Araújo Oliveira de desequilibrado mental. Pode ser, mas ele não é o centro da questão. As prisões das lideranças do MST são políticas e o juiz do Pontal é uma mera peça desse jogo, comandado pelo governador Alckmin, (PSDB) que tem contado com o silêncio cúmplice do governo Lula. Essas prisões políticas, que não ocorrem só em São Paulo, são parte da estratégia de criminalização dos movimentos sociais.

Entre maio de 2002 e agosto de 2003 foram decretadas 29 prisões "preventivas" contra integrantes do MST, apenas na Comarca de Teodoro Sampaio. Agora, com a prisão de Diolinda, foram mais 10. Para Alckmin, quem luta pela reforma agrária é bandido.

Por isso, a polícia cercou a sede do MST em São Paulo à procura do irmão de Zé Rainha, com ordem de prisão decretada. Helicópteros sobrevoaram a área numa ação digna de filme.

Zé Rainha e Mineirinho foram retirados do Presídio I de Presidente Venceslau após muita pressão. Mas Alckmin mandou-os para o Presídio de Segurança Máxima de Presidente Bernardes, onde está Fernandinho Beira Mar. Foram tratados como animais. Com a cabeça raspada e isolados em suas celas, não podiam conversar nem receber livros e tomavam sol algemados. Agora estão presos em Dracena, quando o movimento reivindicava que eles viessem para São Paulo.

De acordo com a Ouvidoria Agrária Nacional, nos sete meses do governo Lula o número de mortes de sem-terra chegou a 18. Os números da Comissão Pastoral da Terra (CPT) são ainda mais impressionantes: 44 mortos no campo, entre eles 18 em disputas por terras indígenas, mais que as 43 mortes de 2002. Depois disso, foram mais três assassinatos: dois no Paraná e um no Pará. Em Sergipe há mais seis feridos e sete coordenadores do MST presos.

Crescem os assassinatos e o governo Lula não combate a impunidade. Zé Rainha está condenado por porte ilegal de arma, enquanto latifundiários e jagunços se exibem na TV com armamento pesado, matam quase 50 pessoas em 6 meses e não têm um único preso.

Por tudo isso, é escandaloso o silêncio do governo Lula, que se diz "popular". Quando os sem-terra invadem latifúndios, a burguesia clama e o governo não titubeia em ir à TV defender a "lei e a ordem". Quando morre um safado como Roberto Marinho, o presidente e todo o ministério desembarcam no velório, ajudando a falsificar a história. Mas quando há uma ofensiva política – com o uso da justiça – contra os sem-terra, o governo fica quieto, como se isso não lhe dissesse respeito, fosse problema apenas do Judiciário.

As prisões são políticas. E a principal autoridade política no país é o presidente. Todo movimento social deve exigir que Lula se pronuncie em cadeia nacional de rádio e TV pela libertação dos sem-terra e que coloque a Advocacia Geral da União para requerer que os processos do Pontal sejam julgados em nível Federal. Ou a AGU só serve para recorrer em favor do Exército contra os familiares dos desaparecidos do Araguaia?

É hora também de todo o movimento social entrar em campanha pela libertação de Zé Rainha, Diolinda e demais sem-terra, contra a criminalização dos movimentos e punição dos latifundiários assassinos. Pois, ao contrário do advogado Greenhalgh, que tem censurado Zé Rainha e Diolinda por não terem saído do Pontal, alegando que juridicamente tais prisões eram inevitáveis, é preciso defender todos os sem-terra do Pontal e a libertação das suas lideranças, porque a questão não é jurídica, é política. Chega de perseguição aos sem-terra e impunidade. Reforma agrária, já!

Quem cala consente, por isso o governo Lula é cúmplice destas perseguições políticas, na medida em que se cala. É cúmplice porque não faz a reforma agrária e não reprime o latifúndio. De nada adianta usar o boné do MST e depois permitir que seus dirigentes sejam presos e assassinados.

SUMÁRIO

EDITORIAL/NOTAS	2
BANESTADO	3
ARAGUAIA / CAMPO	4
JUVENTUDE	5
NACIONAL	6-7
ALCA / MOVIMENTO	8
SEM-TETO	9
OMC / REFORMA DA PREVIDÊNCIA	10
PSTU	11
NOVO PARTIDO	12

PSTU.ORG.BR

Leia no site do PSTU o artigo *"Sorrisonhos Risonhos de Haroldo de Campos"*, de Sérgio Darwich, sobre a homenagem ao poeta concretista, publicada no último *Opinião Socialista*.

CARTAS

"Esteve em Rondônia o secretário do ministro da Agricultura para entregar ao governo de Rondônia e aos grandes latifundiários o título de área livre da febre aftosa. (...) Acabaram com a febre aftosa mas não acabaram com a malária, a dengue, a febre amarela, a corrupção e a miséria deste estado. Temos milhões de cabeças de boi mas o povo passa fome.

(...) Até o presente momento Lula tem sido uma decepção ao povo que o elegeu."

David Silvério de Oliveira, de Vilhena (RO)

EXPEDIENTE

Opinião Socialista **é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: ***opiniao@pstu.org.br***
Fax: (11) 5575-6093

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Eduardo Almeida, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates 'Mancha', Nando Poeta e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, Luiza Castelli, Wilson H. Silva, Yuri Fujita, Valério Paiva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

FOTOGRAFIA
Alexandre Leme, Ana Luisa Martins, Sérgio Koei, Matheus Birkut

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Américo Gomes, Carla Lisboa, Ezequiel Lima, Henrique Lemos, José Erinaldo Jr., Maria Lucia Fattorelli, Nericilda Rocha, Sebastião Carlos 'Cacau', Sérgio Lessa, William Córbo

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA

NOME _____

_____

ENDEREÇO _____

_____

CIDADE _____

ESTADO _____ **CEP** _____

TELEFONE _____

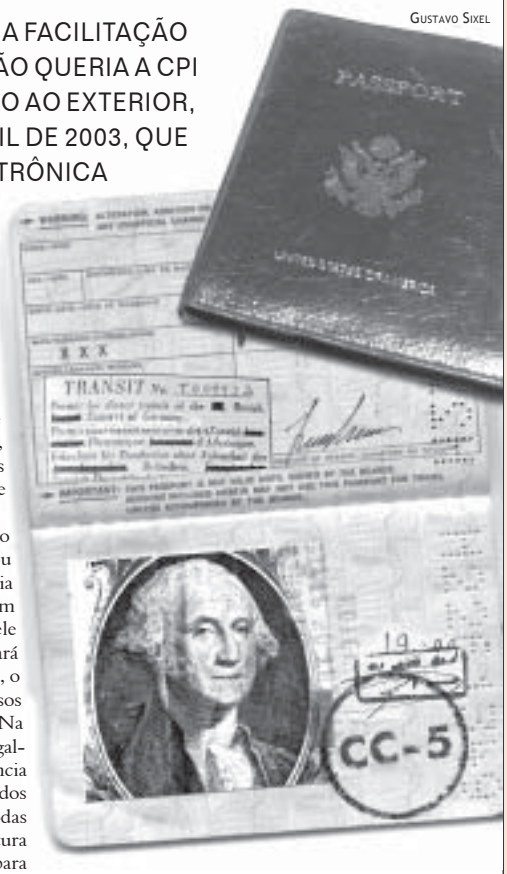
E-MAIL _____

24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
❑ 1x R$ 48	❑ 1x R$ 96
❑ 2x R$ 24	❑ 2x R$ 48
❑ 3x R$ 16	❑ 3x R$ 32
❑ Solidária R$	❑ Solidária R$ .....

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da assinatura total ou parcelada para Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030

CPI DO BANESTADO: É PRECISO EXIGIR A COMPLETA APURAÇÃO DOS FATOS E PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

A QUEM INTERESSA A LIBERDADE DE MOVIMENTO DE CAPITAIS E A FACILITAÇÃO DAS REMESSAS EM MOEDA ESTRANGEIRA? O GOVERNO ATUAL NÃO QUERIA A CPI DO BANESTADO E FLEXIBILIZOU AINDA MAIS O ENVIO DE DINHEIRO AO EXTERIOR, ATRAVÉS DA CIRCULAR 3187 DO BANCO CENTRAL, DE 16 DE ABRIL DE 2003, QUE PERMITE REMESSAS ATRAVÉS DE SIMPLES TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA



GUSTAVO SIXEL

MARIA LÚCIA FATTORELLI*,
Especial para o **Opinião Socialista**

Nas duas últimas décadas, assistimos a uma crescente liberalização dos mercados financeiros globais, com a implementação das políticas neoliberais em diversos países do mundo. Essas políticas foram impostas, principalmente, pelos EUA e Inglaterra, que se aproveitaram do elevado grau de vulnerabilidade dos países do 3º Mundo quando esses negociavam suas dívidas externas, após a grande crise das dívidas do início dos anos 80. No Brasil, nos anos 90, o endividamento conjugado às medidas adotadas para conquistar a "estabilidade da moeda" e conter a inflação (abertura dos portos aos produtos importados, manutenção do dólar barato, elevação das taxas de juros, liberalização da movimentação dos fluxos financeiros) tornaram o país dependente da entrada de capital especulativo, sem o qual não se fecharíamos nossas contas externas. Esta opção resultou em baixo crescimento econômico, desemprego e piora dos indicadores sociais. Mantendo-se essa política, repetiremos a história vivida nas duas últimas décadas, consideradas "perdidas".

A livre movimentação de capital vem sendo estimulada, no Brasil, pelo crescente afrouxamento da legislação fiscal e cambial. As contas CC-5, criadas por uma simples Carta Circular do Banco Central em 1969, tinha o objetivo inicial de permitir a movimentação de contas correntes de estrangeiros em serviço no país (principalmente diplomatas). Até 1989, sua legislação impedia que fosse enviada ao exterior uma quantia superior à que entrasse no país, razão pela qual o volume movimentado nessas contas era pequeno.

A partir de 1989, essas contas foram paulatinamente liberalizadas, permitindo que se enviasse recursos ao exterior, sem limite algum. Em 1996, o então Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, concedeu autorização especial para que cinco bancos, operando em Foz do Iguaçu (entre eles o Banestado), pudessem aceitar depósitos em dinheiro - sem identificação do depositante – em contas CC-5, os quais poderiam, em seguida, ser convertidos em dólares e livremente enviados para o exterior. Segundo Gustavo Franco, a justificativa para tal autorização especial era decorrente da grande movimentação comercial na fronteira do Brasil com o Paraguai: os "sacoleiros" brasileiros que faziam compras em Ciudad del Leste, no Paraguai, deixavam seu dinheiro – em reais - com comerciantes paraguaios, que estavam com dificuldades para trocar esses reais pela moeda de seu país. Com tal autorização especial, os comerciantes poderiam depositar os reais em bancos paraguaios, que traziam o dinheiro em carros fortes para as contas CC-5 de Foz do Iguaçu, de onde seria convertido em dólares, e enviado de volta para os comerciantes de Ciudad Del Leste. Dezenas de bilhões de dólares foram movimentados na região da fronteira Brasil-Paraguai em decorrência dessas "autorizações especiais"!

A justificativa apresentada por Gustavo Franco não confere com as investigações da Polícia Federal, que denunciaram que parte do dinheiro depositado nas contas CC-5 de Foz do Iguaçu sequer provinha do Paraguai, e também não retornava em dólares para Ciudad del Leste. O dinheiro provinha de várias partes do Brasil (através de contas de laranjas), era sacado em Foz e depositado em dinheiro nas CC-5, como se fosse proveniente dos sacoleiros. Desta forma, ficou extremamente difícil identificar os autores das remessas, que se utilizavam desse expediente para "lavar dinheiro".

Em seu depoimento à CPI do Banestado, o procurador Luiz Francisco de Souza informou que apenas a autuação das remessas ilegais poderia gerar uma arrecadação de quase R$ 30 bilhões em tributos. Para se ter uma idéia desse montante, ele equivale à alegada economia que o governo fará com a reforma da Previdência em duas décadas, o que evidencia que o verdadeiro ralo dos recursos públicos em nosso país não são os servidores. Na verdade, os servidores públicos, aviltados ilegalmente em seus direitos pela reforma da previdência já aprovada em primeiro turno da Câmara dos Deputados, são exatamente os que, apesar de todas as dificuldades impostas pela falta de infra-estrutura e legislação inadequada, vêm se arriscando para defender o país e evitar a sangria, o roubo, a evasão, a sonegação e toda espécie de injustiça.

> ***"Montamos o banco de dados mais completo de que já se ouviu falar na história mundial da apuração de crime financeiro. Nunca se mapeou tanto dinheiro."***
> José Castilho Neto, responsável pela investigação das remessas nos Estados Unidos

Apesar dessas graves evidências, o governo tentou protelar a instalação da CPI do Banestado, chegou ao cúmulo de arquivá-la no Senado, alegando que ela iria atrasar a tramitação das "Reformas"... Porém, pressionado pela opinião pública, teve de recuar e permitir sua instalação. Fatalmente, essa investigação poderá elucidar grandes crimes cometidos no país, conforme declarou o delegado José Castilho Neto, responsável pela investigação das remessas nos Estados Unidos, em seu depoimento na CPI do Banestado:

"Tivemos acesso aos extratos bancários de toda essa bandalheira de que já tínhamos notícia no Brasil há anos: corrupção, narcotráfico, contrabando, caixa dois, essas coisas de que a cultura brasileira nos permite falar sem a menor vergonha. Chegamos lá e identificamos a boiada passando naquela porteira. (...) montamos o banco de dados mais completo de que já se ouviu falar na história mundial da apuração de crime financeiro. Nunca se mapeou tanto dinheiro."

As investigações poderão chegar também, como afirmou o procurador Luiz Francisco de Souza, às privatizações do governo anterior, que movimentaram recursos através da utilização de contas em Foz do Iguaçu. A população brasileira, que assistiu à verdadeira rifa de seu patrimônio, não sabe quanto se gastou no processo de privatizações; quanto foi pedido emprestado para o saneamento dessas empresas e por quanto foram vendidas. Por isso, teríamos que brigar também pela instalação da CPI da privatização das Teles, já desmascarada por gravações telefônicas que denunciam influência direta da mais alta cúpula governamental no processo de venda das lucrativas empresas de telefonia. Nunca se vendeu tanto patrimônio nacional, por tão pouco, em tão curto espaço de tempo.

O governo, ao invés de investigar as privatizações - como prometeu em seu programa de governo em 2002 - flexibiliza ainda mais o envio de dinheiro ao exterior, através da circular 3187 do Banco Central, de 16 de abril de 2003, que permite remessas através de simples transferência eletrônica.

Toda essa conjuntura escancara a opção do governo brasileiro pela submissão ao mundo das finanças, onde se lucra muito às custas do povo e se envia livremente o dinheiro para o exterior. A quem interessa a liberdade de movimento de capitais e a facilitação das remessas em moeda estrangeira? Para responder a essa pergunta, faço minhas as palavras do Procurador Luiz Francisco, em seu depoimento na CPI do Banestado:

"Onde mais no mundo inteiro há tanta rentabilidade, tanta falta de fiscalização, tanto retorno garantido por meio do mecanismo espúrio da dívida pública, dos títulos? Onde isso ocorre? No Brasil."

Diante disso tudo, é urgente e necessário que os movimentos sociais acompanhem de perto a CPI do Banestado, exigindo a completa apuração dos fatos e punição dos responsáveis. ■

**** Maria Lúcia Fatorelli é auditora fiscal da Receita Federal, presidente do Unafisco Nacional, coordenadora do Fisco Fórum-MG e da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul***

Governo Lula é cúmplice dos militares

PELA ABERTURA DOS ARQUIVOS DO EXÉRCITO

É PELAS MÃOS DO GOVERNO DO PT QUE O EXÉRCITO TEM SUA MELHOR OPORTUNIDADE PARA MANTER SECRETA A HISTÓRIA DO ARAGUAIA. DESDE A DITADURA MILITAR, NUNCA TIVEMOS UM GOVERNO TÃO SUBSERVIENTE AO FMI E NUNCA ASSISTIMOS A UMA DEFESA DO APARELHO REPRESSIVO COM A PARTICIPAÇÃO DE ALGUMAS DAS SUAS VÍTIMAS

SÉRGIO LESSA*,
Especial para o **Opinião Socialista**

No início de 1970 o PC do B implementou a Guerrilha do Araguaia. O objetivo era o de acumular forças para a transição ao socialismo através de um movimento de libertação nacional segundo a estratégia maoísta da Guerra Popular Prolongada. Em 1975, o Exército, após três operações de cerco e destruição, derrotou a guerrilha. Além dos militantes do PC do B, há notícias de camponeses executados pelo Exército. Até hoje não se sabe o número exato de mortos.

Apenas algumas ossadas dos guerrilheiros foram encontradas. Da ação do Exército pouco se conhece e as informações são muito fragmentadas. Mas os detalhes das atrocidades cometidas são aterradores e é urgente que conheçamos este episódio da nossa história. Possibilitar que as famílias dos guerrilheiros sepultem seus entes queridos é, também, reparar, ainda que muito parcialmente, as violações aos direitos humanos. E, ainda, por fim, mas não menos importante, é possibilitar que julguemos, se não jurídica, ao menos historicamente, os indivíduos e as instituições que atuaram no episódio.

Após anos de batalha judicial, a Justiça finalmente determinou ao Exército que torne público todos os documentos relativos ao episódio e, o governo Lula, colocando-se ao lado dos militares, decidiu recorrer da sentença. Os argumentos do governo têm pouca importância, pois são meras justificativas para uma decisão tomada *a priori* e por "razões de Estado": o projeto do PT para o país é tão mirrado que não pode sequer tocar neste ponto "sensível ao Exército".

No Chile e na Argentina, para citar apenas países próximos, a anistia está sendo revista e os torturadores estão sendo juridicamente responsabilizados. Em triste comparação, no Brasil, Romeu Tuma, auxiliar do nosso mais notório torturador, Sergio Fleury, era há pouco um senador da República. E, agora, o governo do PT age não apenas para proteger, mas também para manter desconhecido o aparelho repressivo.

O que estamos assistindo é o ato final da degeneração de revolucionários em braço político auxiliar de seus ex-algozes. Pensemos, para ficar nos casos mais exemplares, em Zé Dirceu, José Genoíno e Aldo Arantes: o que justifica, moral e humanamente, eles apoiarem o Exército neste episódio? Não há opção política que justifique a vilania deste ato.

O que estamos assistindo é, ainda, a explicitação dos limites máximos da realização possível do reformismo na realidade brasileira. Em países como o nosso, o reformismo, por mais radical e bem intencionado, não pode ir para além de modificações cosméticas na defesa intransigente dos interesses dominantes contra os trabalhadores. Com o governo Lula, a proposta tupiniquim de reforma encontra a sua realidade e não pode, sequer, cumprir o mandado judicial sobre o Araguaia.

> O GOVERNO DO PT AGE NÃO APENAS PARA PROTEGER, MAS TAMBÉM PARA MANTER DESCONHECIDO O APARELHO REPRESSIVO

Além da degeneração de alguns revolucionários e da plena realização do reformismo brasileiro estamos assistindo, todavia, a algo que nem os estrategistas da ditadura militar sonharam: a vitória da estratégia da "transição ampla, gradual e segura", proposta pelo general Geisel. Não pelas mãos dos militares "linha mole"; nem pelos civis que apoiaram os militares, como Sarney, Delfim Netto ou Tancredo Neves. Muito menos pela oposição consentida, como Ulisses Guimarães ou Franco Montoro. Ou da oposição que tentava negociar, como o antigo PCB. Mas sob a batuta do partido que aproveitou das greves do ABC para se apresentar como oposição radical à ditadura. Ironicamente, é pelas mãos do governo do PT que o Exército tem sua melhor oportunidade para manter secreta a história do Araguaia. E com a conivência do PC do B, que abandona os militantes que enviou para a selva em troca de algumas sinecuras!

Desde a ditadura militar, nunca tivemos um governo tão subserviente ao FMI e nunca assistimos a uma defesa do aparelho repressivo com a participação de algumas das suas vítimas. Tal coincidência não é mero acaso. Antes, são faces da mesma moeda. Muito pouco separa as decisões de ofertar ao FMI um superávit primário maior do que o exigido e a de proteger o aparelho repressivo. Também por isso, já não é mais descabida a pergunta que, antes, sequer poderia ser imaginada: ao seu final, o governo petista terá sido algo mais que o coroamento completo da estratégica "transição lenta, gradual e segura" concebida pelo general Golbery do Couto e Silva? Terá, finalmente, o PT se incorporado à estratégia dos militares para saírem do poder cedendo os anéis e mantendo os dedos? ■

** Professor de filosofia da Universidade Federal de Alagoas*

Entre em campanha pela libertação de Zé Rainha, Diolinda, Mineirinho e demais sem-terra presos

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Alckmin criminaliza os trabalhadores do campo, mas não pára por aí. Que o digam os sem-teto e os professores. Somente uma grande campanha nacional e internacional poderá tirar Zé Rainha e todos nossos companheiros da prisão, bem como derrotar esta politica de criminalização dos movimentos sociais.

Os sindicatos devem produzir cartazes e adesivos pela liberdade dos sem-terra e todos os materiais sindicais devem exigir sua libertação e também que o governo Lula se some a essa campanha.

Devemos realizar uma reunião na Assembléia Legislativa com todos os movimentos sociais e parlamentares dos partido de esquerda para organizar e impulsionar a campanha.

É preciso denunciar o governador Geraldo Alckmin às entidades internacionais de direitos humanos.

E fundamentalmente devemos exigir que o governo Lula deixe de ser cúmplice de Alckmin, demais governadores e dos latifundiários, assuma esta campanha e combata a impunidade.

Envie dax exigindo a imediata libertação dos dirigentes sem-terra e o fim da criminalização dos movimentos sociais:

Ao Exmo Sr. Governador do Estado de São Paulo
Dr. Geraldo Alckmin
Tel-fax- 11-3745-3621

Ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça
Dr. Marcio Tomas Bastos
Tel-fax: 61-322-6817

Ao Exmo Sr. Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva
Tel-fax: 61-411-2222

Cresce luta pela terra

Reforma Agrária no Pontal e no Brasil, já!

Segundo relatório da Ouvidoria Agrária Nacional, em sete meses os sem-terra ocuparam 171 propriedades rurais, nos 12 meses do ano passado foram 103 ocupações, enquanto em 2001 foram 158.

A quantidade de acampados também cresce: no início do ano eram 60 mil sem-terra na beira da estrada, hoje são cerca de 140 mil. Só em São Paulo, houve um crescimento de 3 mil para 14 mil.

Não é para menos que o Pontal do Paranapanema seja um dos centros do conflito e uma das áreas mais polarizadas socialmente do país. Existem lá cerca de 400 mil hectares em terras devolutas, exploradas ilegalmente pelos fazendeiros. Por isso, se concentra na área 6 mil assentados e mais 8 mil acampados esperando terra.

Alckmin defende um decreto que regularize as áreas de 500 hectares para os fazendeiros que realizaram grilagem. Ele pretende transformar a região em um centro do latifúndio "produtivo", do agronegócio e está investindo em infraestrutura na região. Para ele os sem-terra significam um mal a ser extirpado para beneficiar seu projeto empresarial.

A REVOLTA DOS MENINOS

NERICILDA ROCHA, de Salvador (BA) e **JOSÉ ERINALDO JR.**, da Executiva da União Nacional dos Estudantes

Ao final de agosto e início de setembro, os olhares de todo o país se voltaram para o levante juvenil de Salvador contra o aumento da passagem de ônibus. Seguindo a "lógica suprema" do capitalismo, de que os serviços básicos prestados à população devem dar lucro, a tarifa do transporte coletivo em Salvador teve um aumento acima de 15%. A passagem do "buzu" aumentou de R$ 1,30 para R$ 1,50.

Este aumento, casado com a situação de crise social generalizada no país, fez explodir uma das maiores mobilizações da juventude dos últimos tempos. Por duas semanas, as ruas de Salvador foram completamente tomadas pelos secundaristas. Foram mais de 40 bloqueios simultâneos que chegaram a somar mais de 20 mil pessoas fechando ruas.

Ora organizados pelos grêmios, ou por sua própria conta, os secundaristas se reuniam nas escolas e tomavam as ruas. Em um ritmo frenético, bloqueavam os principais pontos da cidade durante o dia todo. Não raro os bloqueios se encerravam depois das 22h.

Quando não reuniam um contingente suficiente para um bloqueio, subiam e desciam as ladeiras de Salvador à procura de outros grupos ou de um bloqueio que já estivesse ocorrendo. Este vai e vem dos estudantes por toda a cidade produzia um clima fantástico de mobilização constante.

Ao final dos bloqueios, os piqueteiros implementavam o "passe-livre", os passageiros entravam pela porta de saída dos ônibus e no dia seguinte, o ritual da mobilização se repetia.

A mobilização contou com um enorme apoio da população. As passeatas eram recebidas com "buzinaços" e aplausos. Pesquisa de um jornal local comprovou que mais de 80% da população depositavam suas esperanças na mobilização estudantil.

Outro fato importante é que, fruto da dimensão da luta e do imenso apoio popular, a polícia de Salvador, uma das mais violentas do país, se limitava a observar os bloqueios.

Entre as diversas ações, vale ressaltar o grande bloqueio do Iguatemi (centro financeiro e principal entroncamento de avenidas da cidade) que reuniu mais de dez mil pessoas, os bloqueios constantes do terminal da Lapa (principal terminal urbano) e a paralisação do desfile de Sete de Setembro por uma "marcha da juventude", que reuniu mais de 3.000 estudantes e estragou a "festa cívica" do prefeito Imbassay (PFL) e de ACM. ■

Foto Wandaick Costa

MANIFESTAÇÃO no Palácio Tomé de Souza, onde funciona a Câmara dos Vereadores

CRONOLOGIA

29/8 - Primeira passeata dos estudantes.

1/9 -Aumento da tarifa de ônibus de 1,30 para 1,50. Os estudantes começam a paralisar o trânsito na estação da Lapa.

2/9 - Mobilização estudantil pára vários pontos. Pela primeira vez o trânsito em frente ao Iguatemi é paralisado, fechando as vias de acesso do centro aos demais bairros.

3/9 - Pressão no Palácio Tomé de Souza. Mais de 15 mil estudantes saem às ruas. Conquista da meia-passagem para o ano inteiro. UBES e UNE dão golpe na comissão de negociação eleita em plenária na qual haviam sido excluídas. Montam nova comissão e fecham acordo com o prefeito mantendo a tarifa a 1,50 e se comprometendo a por fim à luta.

4/9 - Plenária com mais de mil estudantes repudia acordo e desautoriza comissão. UNE e UBES são impedidas de conduzir a plenária, militante do PC do B tem camisa rasgada e os estudantes voltam às ruas.

5/9 - Na TV, a UBES chama os estudantes a não saírem das escolas. Mesmo assim os estudantes voltam às ruas parando o trânsito.

7/9 - Estudantes invadem desfile da pátria.

8/9 - Após orientação do PT e PC do B e forte repressão, estudantes não têm força para continuar com os protestos de rua.

Foto Wandaick Costa

MILITANTES do PSTU participam de uma das inúmeras passeatas em direção ao Iguatemi, acesso do centro aos bairros de Salvador

Mais uma traição do PCdoB e do PT

Com Lula no poder, o PC do B e o PT fazem de tudo para desmobilizar a juventude. Mas desta vez conseguiram se superar. Com a Prefeitura e vereadores, fecharam um acordo que "ampliava" os direitos de utilização da meia passagem para os finais de semana, feriados e férias e também para os estudantes de pós-graduação e supletivo.

Mas o tal "acordo" nada versava sobre a reivindicação principal – a revogação do aumento da passagem – e reduzia o direito à meia passagem a uma quota de duas viagens por dia. A traição foi anunciada triunfalmente pelos representantes do PCdoB e do PT, que de mãos dadas e erguidas, saíram da Câmara Municipal orientando que os estudantes não saíssem mais às ruas. Decretavam o fim da luta.

Em um ginásio lotado, informaram o que, segundo eles, era a "grande vitória do movimento", já batizado de o "Agosto do Buzu". Mas o acordão foi repudiado veementemente pelos estudantes que imediatamente tomaram as ruas, na melhor resposta aos que tentaram "rifar" o movimento. Exemplo desta revolta foi o fato de terem rasgado camisetas do PCdoB, usadas por seus militantes na plenária, e rejeitarem a participação das entidades (UNE, UBES, ABES) que participaram da manobra.

Os "filhotes de ACM" entraram em ação para tentar capitalizar a revolta dos estudantes contra o PT/PC do B. Passaram a atacar o **PSTU** e tentar jogar os estudantes contra os "partidos" dizendo-se um "movimento apolítico" e outros jargões reacionários.

Apoiando-se na justa revolta dos estudantes pela atuação burocrática das entidades, o que queria a direita era desacreditar a necessidade da organização dos estudantes, confundindo as entidades do movimento com suas direções. Financiados pelo PFL, faziam campanha contra os partidos.

Nós, do **PSTU** combatemos esta política da direita, mas também as traições do PC do B e do PT, que em nome da "estabilidade" do governo Lula, querem sufocar a luta da juventude. A "rebelião" dos estudantes foi uma atitude legítima contra os que, em nome do movimento, queriam sufocar a luta. ■

Aprender com Salvador

Nacionalizar a luta contra o aumento das passagens e pelo Passe-Livre

Quando escrevíamos este artigo o ritmo das mobilizações já era inferior. Isto se deve a que apesar da combatividade, o movimento não conseguiu gerar uma direção com força suficiente para impor uma derrota à frente que se formou entre a Prefeitura e a direção majoritária do movimento estudantil na cidade. Esta frente passou a defender o fim dos bloqueios, método de luta que se demonstrou determinante.

Acreditamos que os secundaristas de Salvador são parte de um processo nacional de luta não só pelo transporte público, gratuito e de qualidade, mas também contra os ataques contra a juventude que resultam em índices recordes de miséria e falta de perspectivas.

Estão ocorrendo mobilizações em todo o país contra os aumentos nas tarifas, pelo meio-passe e pelo passe-livre. Sigamos o exemplo de luta de Salvador em todo país. Organizemos comitês pelo passe-livre, passeatas, coleta de assinaturas, de abaixo-assinados e toda e qualquer forma de mobilização e organização.

Também como aprendizado das lutas da juventude baiana, não podemos confiar esta tarefa às direções majoritárias da UBES e da UNE. Construamos fóruns de organização próprios, democráticos e para a luta, que sejam oposição às direções burocráticas e traidoras do movimento estudantil. Tomemos as ruas por direito à educação, emprego e pelo passe-livre!

Se você quiser organizar a Campanha do passe-livre em sua cidade, entre em contato:
PSTU (11) 5575-6093 juventude@pstu.org.br
ou rupturasocialista@yahoo.com.br
Modelo de projeto de Passe-Livre e abaixo-assinado: www.pstu.org.br

Campanhas salariais enfrentam política econ

É HORA DE IR À GR

JOÃO RICARDO SOARES,
da redação

Depois da greve nacional dos servidores contra a reforma da Previdência, começam a esquentar as campanhas salariais. Os bancários dos bancos privados e também os trabalhadores de estatais como os do Banco do Brasil, CEF e petroleiros estão em campanha. Os metalúrgicos de São Paulo iniciam uma campanha unificada.

Todos estes setores da classe trabalhadora brasileira têm uma grande história de lutas: não foram poucos os planos econômicos que caíram ou foram feridos de morte por greves destas categorias.

Tanto os trabalhadores das empresas privadas como os das estatais estão lutando contra o que a imprensa vem noticiando estas semanas, a diminuição da renda do trabalhador brasileiro.

Se nos fixarmos nos índices de reposição das perdas exigidos e na disposição de luta demonstrada pelos trabalhadores, estaríamos diante de um quadro político muito parecido com o das grandes greves da década de 80.

Neste sentido, a greve nacional dos correios teve muitas características semelhantes à da greve de 1985, a maior já realizada pela categoria: piquetes massivos, radicalização e uma grande dose de espontaneidade. No primeiro dia, a greve atingiu 16 estados e no segundo dia, eram 24 em greve.

A grande diferença que marca as lutas atuais é política. Hoje o PT está no governo central. Hoje a maioria dos dirigentes dos sindicatos e da CUT (membros do PT ou do PC do B) é governista e dizem que nossas lutas não são contra o governo, são apenas contra as empresas.

Mas, os "planos econômicos" dos governos anteriores contra os quais lutamos, mudavam só de nome, pois em essência significavam um profundo arrocho nos salários dos trabalhadores para garantir os lucros das empresas e assegurar a sangria de recursos do país para o exterior.

Sempre foi o governo a ditar as regras do jogo, ao estabelecer a política econômica. E hoje, na nossa opinião, continua sendo assim.

Até agora, as propostas de reajustes tanto das estatais, como da Febraban ou da FIESP estão longe de repor as perdas salariais e mais longe ainda das reivindicações históricas, como redução da jornada. O primeiro grande problema colocado para todas as campanhas salariais se resume a uma pergunta: contra quem estamos lutando?

O GOVERNO DIZ NÃO À REPOSIÇÃO DAS PERDAS

O governo, através de seu ministro Palocci, disse que os reajustes salariais não podem ser de acordo com a inflação passada, mas futura, porque, do contrário, os reajustes salariais vão gerar inflação. A declaração do ministro, deu o parâmetro de negociação tanto para os banqueiros da Febraban como para os empresários da FIESP e para as direções das empresas estatais, que dependem diretamente do governo.

Também para o governo Lula, os trabalhadores não podem repor suas perdas salariais, pois isto "desestabilizaria a economia".

Infelizmente, nem no argumento o governo Lula inova. Esta falta de imaginação, entretanto, expressa que a política econômica aplicada é a mesma de FHC. O arrocho nos salários dos trabalhadores é a base de toda a política econômica do governo.

A prioridade central de Lula é manter em dia o pagamento da dívida externa. De janeiro a julho, foram pagos R$ 90 bilhões de juros aos banqueiros. Isto equivale a 10,18% do Produto Interno Bruto (PIB) ou de tudo que foi produzido no país neste período. Se compararmos esses números com a arrecadação de impostos, veremos que os banqueiros ficaram com 40% de tudo que se arrecada.

Esta é a verdadeira causa da recessão. Os trabalhadores geraram estas riquezas, mas como diminui o tamanho do "bolo", porque uma parte é abocanhada pelo imperialismo, alguém dentro do país tem que ganhar menos. E o governo Lula, junto com o FMI, a Febraban e a Fiesp, diz claramente que no lucro dos banqueiros e empresários não se mexe. Sobrará então, uma vez mais, para os trabalhadores. ■

As estatais e o superávit primário

O FMI exige que uma parte do dinheiro arrecadado pelo governo não seja investida no país e forme um saldo de caixa para o pagamento da dívida externa e interna. É o chamado superávit primário.

O Orçamento Geral da União de FHC se comprometia com o FMI a gerar um superávit primário de 3,75% do PIB. Lula "radicalizou". Comprometeu-se a gerar um superávit primário de 4,25% do PIB e na verdade gerou até julho 5,05%, retirando verbas da saúde, educação, moradia e reforma agrária.

Mas a sangria não pára aí. As estatais também devem "contribuir" com o superávit primário. Quais as conseqüências desta política para os salários dos trabalhadores das estatais? Quem explica é o ministro Mantega, do Planejamento: *"As empresas estatais terão de cumprir o superávit e cumprirão. Se tiverem de reduzir investimento, vão reduzir."* No "planejamento" do governo as estatais devem remeter R$ 11 bilhões para os banqueiros e o FMI.

Por isso, a reposição das perdas não está no dicionário do governo. Não é que o dinheiro não exista, o problema é que a prioridade do governo não é com os trabalhadores. Vejamos o caso da Petrobrás, que teve um lucro de R$ 8,5 bilhões no primeiro trimestre. A maior parte deste lucro vai para os investidores privados da empresa, que controlam mais de 60% de seu capital total. O governo também decidiu que a empresa deve contribuir com R$ 7,5 bilhões para o superávit primário. A empresa, então, deve promover uma grande distribuição de lucros ao governo federal, para pagar os juros da dívida e para os acionistas da empresa.

Resultado: para o governo Lula, os petroleiros devem continuar com os salários arrochados, os novos trabalhadores contratados não devem ter direitos e deve continuar reduzida a capacidade de investimento e segurança no trabalho.

Preparar a greve nacional dos bancários

DIRCEU TRAVESSO,
da Executiva da CUT-SP

BANCO DO BRASIL E CEF

Após amargar os anos de FHC, funcionários destas instituições tinham uma grande expectativa de que o governo Lula inverteria a lógica que determinou a administração privatizante. Mas o governo manteve os mesmos critérios, e o funcionalismo tem sido um alvo a ser atacado pelas direções das empresas, que sequer aceitam negociar na mesa única com a Febraban, onde se discute a reposição de 21,58%. Das perdas anteriores, que chegam a mais de 100%, não querem nem ouvir falar.

Os trabalhadores têm parado agências, centros administrativos e exigido da Confederação Nacional dos Bancários um plano de lutas em direção à greve nacional. Nossa luta deve ser construir a unidade da categoria para garantir os 21,58% e avançar nas questões específicas como as perdas passadas e a extensão de direitos aos novos.

BANCOS PRIVADOS

Os trabalhadores dos bancos privados estão lutando por uma reposição de 21,58%, num país em que os bancos aumentaram seus lucros em mais de 180%. Os banqueiros oferecem míseros 10%.

A categoria tem demonstrado uma grande disposição de luta nas paralisações por todo o país. Em assembléias por locais de trabalho os trabalhadores têm paralisado por duas horas e em muitos locais têm ido além da orientação da direção do sindicato e paralisado todo o dia. Mas, as paralisações parciais precisam ser concebidas como parte de um plano de lutas com o objetivo de organizar a uma greve nacional da categoria.

O fato é que chegamos ao fim de setembro, os banqueiros seguem enrolando e a direção não estabelece uma data limite para as negociações, que sirva de aviso aos banqueiros e coloque uma perspectiva de organização da greve para a categoria.

PROPOSTA DE CALENDÁRIO DE LUTA PARA OS BANCÁRIOS:

1- Intensificar a mobilização: que as paralisações sejam de um dia inteiro e sirvam para mobilizar a categoria.

2- Paralisação de 24 horas de toda a categoria dia 25.

3- Encontro Nacional dos Bancários aberto à participação de todos no dia 30/9

4- Dia 1º de outubro, como data indicativa para a Greve Nacional da categoria.

econômica do governo, do FMI e da patronal.

GREVE UNIFICADA!

UNIFICAR AS LUTAS

Queremos aumento de salário. Que Lula rompa com o FMI e a Alca!

A maioria dos trabalhadores em campanha salarial votou em Lula e tem expectativas em seu governo. Até por isso, tem enorme disposição de luta nesse momento. Pois votaram nele porque querem mudança, o fim do arrocho, do desemprego, da perda de direitos. Mas Lula segue aprofundando a política econômica de FHC e do FMI.

A direção majoritária nos sindicatos, por sua vez, em sua maioria militantes do PT e do PC do B, são governo. Por isso, têm feito de tudo para que as greves não saiam e, se saírem, para que não se unifiquem. Mais, na hora H – como nas mobilizações dos estudantes em Salvador ou na greve dos Correios – têm atuado para desmontar as lutas e tentar fazer com que os trabalhadores aceitem acordos rebaixados.

Acontece que não é possível ganhar uma luta se não sabemos identificar contra quem estamos lutando. Banqueiros, empresários, governo e FMI têm uma política unificada de arrocho salarial. O governo não quer que nenhum setor patronal dê o reajuste que os trabalhadores têm direito, para que estes não se generalizem. Também não quer greves unificadas e mobilização social, porque isso ameaça a "estabilidade" com o FMI.

É hora, portanto, de construirmos uma mobilização unificada, montar comandos de base e impor a greve aos sindicatos. É hora também de exigirmos que Lula rompa com a Alca e o FMI, pare de pagar bilhões para os banqueiros e garanta salário, emprego e terra para os trabalhadores.

DIA 25: CONSTRUIR UM DIA DE GREVE NACIONAL

Por proposta do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)**, a Executiva Nacional da CUT marcou para o dia 25/9 um Dia Nacional de Luta das categorias em campanha salarial. O comunicado da CUT diz *"a forma do protesto e o engajamento de cada categoria serão definidos em reunião do Núcleo de Negociação Coletiva, composto por membros da Executiva e os presidentes dos ramos organizados na CUT, dia 22. As manifestações deverão ocorrer em todo o país."*

Todos os trabalhadores em campanha devem tomar esta data e construir um dia de paralisação unificado, organizado pela base.

Desde já devemos exigir que os sindicatos marquem assembléias para organizar o dia 25 como um dia de paralisação com manifestações, que unifique todos os trabalhadores: os que estão em campanha salarial, os sem-terra, o movimento popular e a juventude que luta pelo passe-livre.

Transformemos o dia 25 em um grande dia, que unifique a luta por salário, terra e moradia e pela ruptura com o FMI e a Alca.

Lição dos Correios: é preciso comando de base para lutar e para negociar

A primeira greve desta leva de campanhas salariais – a dos Correios – traz vários ensinamentos e alertas às demais categorias. Na página seguinte, os companheiros contam como se impôs pela base essa que foi a maior greve da categoria desde 1985 e também como foi a operação desmonte levada pelo PT e PCdoB, numa ação combinada entre os diretores governistas dos sindicatos e da Federação da categoria, a direção da empresa e os ex-sindicalistas ligados a esses partidos e que ocupam cargos de confiança no interior da mesma e no governo.

Desde o tempo da pelegada, que foi varrida pelas oposições cutistas na época da ditadura, não se via coisa igual.

As greves terão que se impor pela base, precisarão ganhar consciência de que sua luta é contra a patronal, mas também contra o governo. Terão que impor democracia e avançar na sua organização: construir comandos pela base para conduzir a luta, exigir assembléias e plenárias nacionais de base para decidir e também eleger comandos de base para negociar ao lado das direções sindicais.

Base garante forte paralisação de 24h dos petroleiros

WILLIAN CÔRBO,
petroleiro da Reduc, Duque de Caxias (RJ)

Os petroleiros reivindicam reposição da inflação entre setembro de 2002 e agosto de 2003 pelo ICV-DIEESE – 15,5% – e aumento real a título de produtividade – 6,8% – o que representa reajuste salarial de 23,35%. Também reivindicam fim das discriminações, da terceirização e recomposição dos efetivos próprios da empresa, reintegração dos demitidos nas greves de 1994 e 1995, fim da política de remuneração variável, com recuperação salarial e um novo plano de cargos e salários. Além de melhores condições de trabalho e segurança, garantia no emprego, redução da jornada de trabalho para o regime administrativo, sem redução de salários.

A Petrobrás, que teve lucro recorde, ofereceu 6% de reajuste. Os petroleiros deram uma resposta à intransigência e pararam com força no dia 10.

Mesmo diante de um indicativo confuso da direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que não chamou a rejeição da proposta da empresa nem estabeleceu um limite para as negociações no sentido de organizar a greve, o que se viu foi uma forte mobilização. Nas refinarias, prédios administrativos e áreas de produção, a mobilização selou a unidade pela base.

As assembléias de base expressaram

desconfiança em relação à direção da FUP e aos sindicatos governistas. Todos estão atentos ao fato de que, nas negociações, as posições do governo estão nos dois lados da mesa. Por isto, mesmo sem a indicação da FUP, algumas assembléias votaram a rejeição da contraproposta da empresa, que não atende às principais reivindicações.

Os trabalhadores da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio, de Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão (Cubatão) e também os petroleiros de Sergipe, Pará e Rio de Janeiro exigem uma outra dinâmica à campanha.

Na Reduc os trabalhadores aprovaram um calendário para a campanha: limite das negociações dia 30/9; Plenária de base nos dias 28 e 29/9 e greve por tempo indeterminado a ser discutido nesta plenária. Também deliberou que o sindicato chame a unificação das campanhas salariais em curso.

QUE A BASE DECIDA E PARTICIPE

A base exige total transparência, pois desconfia – corretamente - que sua direção está protelando as negociações e não está organizando a greve. Várias assembléias de base exigiram a transmissão das negociações ao vivo pela TV corporativa. Mas a direção da FUP ao invés de acatar a vontade da categoria, fez o oposto: aceitou negociar com a Petrobrás em lugar distante, em total desrespeito à decisão da base.

Neste sentido, em vez de um representante por sindicato que acompanhe as negociações como propõe a direção da FUP, a categoria deve eleger seus representantes nas assembléias para participar das negociações.

O dia 10 mostrou que nós temos que construir nossa campanha pela base. E isto significa começar a preparar a greve e estabelecer um limite para as negociações.

A LIÇÃO DA GREVE DOS CORREIOS

Direção governista é sinônimo de traição

Piquete dos trabalhadores dos Correios em São Paulo

EZEQUIEL FILHO,
militante do PSTU e funcionário dos Correios de São Paulo (SP)

Os trabalhadores dos Correios realizaram a maior greve da categoria desde 1985. Com um piso de 395 reais e uma perda salarial de 53%, fomos a luta por um reajuste salarial de 69% e aumento real de 10%.

A maioria da direção do movimento, *Articulação* do PT e *Corrente Sindical Classista* (PC do B) desde junho, quando do congresso da categoria, tentaram evitar uma pauta abrangente e uma data indicativa de greve, para não se confrontar com o governo. Vale lembrar que há cerca de 60 ex-dirigentes sindicais da categoria em cargos de confiança na empresa.

Depois de mais de um mês enrolando a empresa propôs 4% de reajuste. Contra esta proposta a categoria foi à greve. Com 80% de paralisação e muita disposição de luta, os trabalhadores paravam setores inteiros, sem a presença de dirigentes sindicais.

Chamados pela direção da empresa, policiais prendem ativista no piquete em São Paulo

Em vários estados à greve saiu contra a as direções dos sindicatos, chegando a 24 estados. Os piquetes foram assumidos pela base, que faziam as faixas de seu próprio punho para levarem às assembléias.

O ministro das Comunicações propôs novo reajuste: 6%. A maioria do Comando Nacional indicou aos sindicatos o recuo da greve no dia 11, mas nenhum sindicato acatou a orientação.

Dia 15, numa manobra digna dos pelegos da época da ditadura, os dirigentes do sindicato de São Paulo do PT e do PC do B, com auxilio de seguranças, tomaram o controle do caminhão de som e dirigiram à força a assembléia.

Propuseram o fim da greve. Sua proposta foi rejeitada pela maioria da assembléia. Mas eles anunciaram que havia sido aprovado o fim da greve. Aí se instalou uma grande confusão, com grande revolta dos trabalhadores que tentavam virar o caminhão de som. Escorraçados pelos mais de dois mil ecetistas revoltados, os pelegos tiveram que sair escoltados pela PM. Com muita dificuldade, a minoria da diretoria - do **MTS** e do **PSTU** - retomou a assembléia, refazendo a votação e garantindo a vontade da categoria de seguir em greve.

Mas, logo depois da assembléia, os pelegos, deram uma entrevista coletiva, dizendo que a greve havia terminado. A direção da empresa e o Comando Nacional, também anunciaram pela imprensa em todo país que São Paulo havia suspendido a greve.

Os diretores do **MTS** e do **PSTU**, cumprindo a decisão da assembléia organizaram os piquetes e mantiveram a greve. Apesar da tremenda confusão e desorganização na base, bombardeada pelo anuncio do fim da greve.

No dia 16 foi realizada nova assembléia, que, com a participação de 800 trabalhadores. Após o comando de base avaliar que o movimento havia se desorganizado e estava muito dividido na base, pelas traições da maioria da diretoria, foi decidido suspender a greve.

Mas também foi decidido: rejeitar a proposta da empresa; nova assembléia dia 1/10. Além de chamar um Encontro Nacional com delegados eleitos em assembléias de base para retomar o movimento nacional.

Para que a categoria retome o sindicato que está controlado pela empresa e pelo governo, a assembléia votou a convocação imediata de novas eleições para a diretoria e a destituição da pelegada.

Na base, o clima é de revolta com a maioria da direção do sindicato que é um braço da empresa e do governo que a controla. A base quer lutar, mas aprendeu que com essa direção não dá.

Neste momento, os pelegos cercaram o sindicato de jagunços.

CAMPANHA CONTRA A ALCA ENTREGA AO GOVERNO LULA ABAIXO-ASSINADO EXIGINDO PLEBISCITO OFICIAL

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

No dia 16 de setembro, foi entregue em Brasília os abaixo-assinados exigindo: a realização de um Plebiscito Oficial - para que seja o povo a decidir se o Brasil deve ou não seguir nas negociações da ALCA – , auditoria l da dívida externa e cancelamento do acordo de Alcântara.

Durante a manhã, a Campanha deu uma entrevista coletiva no Plenário I da Câmara dos Deputados. Na mesa, estavam Dom Tomás Balduíno pela CNBB, Maria Lúcia Fattorelli, da Unafisco e da Auditoria da Dívida, João Paulo, do MST, Luis Carlos Prates, o Mancha, da Federação dos Metalúrgicos e do PSTU, Luís Basségio, do Grito dos Excluídos, Tatto do ANDES-SN e o Deputado Luis Eduardo Greenhalgh.

Do lado de fora, na entrada do Anexo II da Câmara, mais de 300 companheiros faziam uma manifestação contra a ALCA, o FMI e a Dívida e exigiam o Plebiscito Oficial. Infelizmente, a Coordenação desmarcou o ato e as caravanas que originalmente estavam previstas para a entrega dos abaixo assinados. Ainda assim, o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, o PSTU de São Paulo e outros estados fizeram um esforço e enviaram ônibus para lá. De modo que militantes do PSTU de São Paulo, São José, Minas, Rio e Brasília garantiram um protesto, ao qual se somaram também companheiros do MST – que estavam acampados na capital contra os transgênicos.

Na coletiva, Dom Tomás enfatizou "Queremos um Plebiscito Oficial porque este acordo vai excluir, desempregar, concentrar cada vez mais, nos humilhando muito mais do que a velha colônia"

Maria Lúcia respondendo à um jornalista disse: "O governo continua destinando a maioria do orçamento à dívida. Essa política é imposta pelo FMI, que também está nos impondo as reformas previdenciária, trabalhista e tributária. As reformas e essa dependência do FMI é o tapete para a ALCA. O recado desta Campanha é que queremos Plebiscito Oficial e auditoria oficial. Estamos fazendo a nossa parte, mobilizando. O Plebiscito é um elemento de democracia direta que consta na Constituição. Democracia não é dar um cheque em branco. Nós esperamos que os três poderes dêem atenção à voz do povo, porque está em jogo a soberania, que, na constituição, não é dos três poderes, mas do povo."

Do lado de fora, os manifestantes gritavam "ô Lula, eu quero ver, o Plebiscito sobre a Alca acontecer"

Como a entrega dos abaixo assinados audiências no Ministério das Relações Exteriores e demais poderes ocorreriam a partir das 16hs, os manifestantes foram para o ministério da Justiça, onde havia audiência com o MST em torno das prisões e assassinatos dos sem-terra e também audiência – exigida pela Fasubra – para tratar do inquérito sobre os assassinatos de José Luís e Rosa Sundermann.

Lá, sob os gritos de "Preso político, não vai dar não. Libertem Zé Rainha da prisão" , fizeram um ato. Em seguida, sairam em passeata até o ministério das Relações Exteriores e posteriormente até o Palácio do Planalto.

4 e 5 de outubro tem Plenária Nacional

Dias 4 e 5 de outubro haverá Plenária Nacional em São Paulo, que fará uma avaliação da Campanha e decidirá sobre sua continuidade.

É fundamental a participação da militância dos estados nessa Plenária. Pois, evidentemente, as diferentes avaliações e posturas perante o governo, incidiram sobre a condução da Campanha neste ano e incidirão sobre sua continuidade.

Nós, do **PSTU**, faremos uma avaliação por escrito, que enviaremos a todos os companheiros(as) da Coordenação Nacional. E desde já achamos que é fundamental que a Campanha continue, pois o governo Lula está comprometido com a Alca.

O BALANÇO DA OCUPAÇÃO SANTO DIAS EM DEBATE

No Opinião Socialista nº 157, publicamos uma avaliação sobre a desocupação do terreno da Volks em São Bernardo do Campo (SP) pela polícia, que desalojou os sem-teto do acampamento Santo Dias. O dirigente do MTST João Batista Albuquerque, o Jota, nos enviou um artigo que publicamos abaixo ao lado de nossa resposta.

A verdade sobre o despejo e a resistência dos sem tetos em São Bernardo

JOÃO BATISTA ALBUQUERQUE,
da direção do MTST

O despejo das 3 mil famílias do acampamento Santo Dias fora determinado pela juíza da 4º vara civil de São Bernardo e cumprido no dia 07/08 pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar da capital. Com um total de 800 homens da tropa de choque, cavalaria e infantaria com cães.

Orientamos o povo a fazer um cordão humano em volta da área simbolizando o interesse em permanecer no local. Às 10h a PM tensionou com empurrões nos advogados e parlamentares em frente ao portão principal, dando início ao clima de conflito que obrigou o povo a desmanchar o cordão humano e se deslocar para a portaria principal. Neste momento já havia entrado a cavalaria pelos fundos do acampamento agredindo acampados que corriam dos fundos para a frente do acampamento. Alguns já estavam com seus pertences nas mãos dizendo que não queriam violência. Pedimos ao coronel da polícia que retirasse as tropas para que fizéssemos uma assembléia decisiva. Eles pararam de tencionar mas posicionavam atiradores de elite com fuzis automáticos no telhado da Volks. Nós percebemos a marca vermelha da mira laser perpassando-nos a face durante o tempo que falávamos com o povo em assembléia. Sabíamos também que o governador Geraldo Alckmin havia feito pessoalmente contato com os diretores dos presídios da região deixando-os alerta às prisões que seriam efetuadas. Ao governo interessava a violência. Estava claro também quem iria ficar com as marcas dessa violência e, conseqüentemente, de quem seria a vitória se persistíssemos na idéia do conflito. A imprensa burguesa em todo momento mostravanos como um movimento violento, fazia relação entre a morte do repórter e nossa organização buscando criminalizar-nos, ao passo que, denunciávamos publicamente que os argumentos tendenciosos eram próprios de quem busca tratar as questões sociais com polícia e não com política. No auge do conflito que se instalava optamos pela saída pacífica.

Bem antes do despejo, nossos militantes se esforçaram no sentido de dar a qualidade necessária para que o povo pudesse resistir na área. Apoiando-se nos estudos de teoria da organização e nas práticas populares deram organicidade interna construindo brigadas e setores onde discutia-se os rumos do acampamento e desenvolvia-se cursos de formação política (como funciona a sociedade, análise de conjuntura etc). Foi um salto de qualidade na produção de consciência. Fomos vitoriosos porque o povo ainda não se dispersou. Essa ofensiva não freou a organização dos pobres de São Bernardo que seguem em reuniões massivas. Provamos com isso que o Estado burguês é incompatível à organização popular, responde a ela com seu aparato militar. Isso ocorre em nível municipal, estadual e federal. De modo que não temos dúvidas sobre o caráter do governo Lula. Mas, pressionamos o governo do estado de São Paulo e o prefeito de São Bernardo, que no momento se apresentaram como os principais defensores da grande invasora de terras brasileiras, a Transnacional Volkswagen. ■

FOTOS ALEXANDRE LEME

LEIA A MATÉRIA PUBLICADA NO OPINIÃO SOCIALISTA Nº157 NO SITE DO PSTU
■ *www.pstu.org.br/jornal_anteriores.asp*

O despejo e a resistência sob o crivo da verdade

EMANNUEL OLIVEIRA E PAULO AGUENA,
do **PSTU** de São Bernardo do Campo (SP)

Em essência, a posição do companheiro Jota é de que a ocupação Santo Dias se desenvolveu sob uma correlação de forças desfavorável, não havia como organizar a resistência e, ainda assim, o movimento saiu vitorioso porque avançou em sua consciência. Não concordamos com essas conclusões e acreditamos que elas estão relacionadas com os debates que tivemos durante a ocupação sobre quem eram nossos inimigos e se devíamos ou não resistir.

Qual era a correlação de forças na qual se inseria a ocupação? Na nossa opinião, sentindo-se vitoriosos com a eleição de Lula, os trabalhadores encontraram forças para avançar na luta por suas reivindicações. Pegos de surpresa pelo seu "próprio governo", meio milhão de servidores entraram em greve contra a reforma da Previdência. Primeiro 30 mil e depois 70 mil marcharam sobre Brasília. Os sem-terra, exigindo reforma agrária, realizaram no primeiro semestre 171 ocupações. Os sem-teto acompanharam essas ações realizando ocupações nos prédios e terrenos dos grandes centros. O acampamento Santo Dias era uma expressão desse movimento e ganhou dimensão nacional e internacional.

Onde estava a situação defensiva em julho/agosto? Infelizmente, na cabeça de diversos dirigentes dos mais variados setores da nossa chamada esquerda. Fazendo eco à pressão das classes dominantes - incluindo as que se encontram no próprio governo - que clamavam por "ordem", o PT começou a ver nas mobilizações sociais o motivo de desestabilização. Passou a exigir o estrito cumprimento da lei.

Sob a pressão desta política, outros setores da esquerda começaram a frear e desviar as lutas. As ocupações foram uma a uma recuando, tanto na cidade como no campo, salvo as que resistiram a tal orientação. O latifúndio e a chamada direita foram ganhando terreno, voltando a assassinar lideranças sem-terra e, agora, não só José Rainha, mas também Diolinda, sua mulher, encontra-se presa.

A tática implementada no acampamento Santo Dias pela maioria da coordenação do MTST, consciente ou inconscientemente, foi prisioneira desta lógica defensiva construída a partir do Palácio do Planalto, estimulada pela própria direção do MST que pôde expô-la com todas as letras no próprio acampamento.

É a única explicação por ter poupado o PT e o governo das críticas e dos movimentos táticos que o pressionassem, quando boa parte da solução estava no Planalto – via Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Habitação, cujo secretário, Jorge Hereda, é da região. Ao limitar as exigências a Alckmin e ao prefeito, perdeu-se a oportunidade de aproveitar inclusive o compromisso feito por Vicentinho de entregar uma carta dos sem-teto a Lula, para encontrar uma solução.

É também a única explicação plausível para que durante os 20 dias de ocupação, com a repercussão que teve, não se preparasse nenhuma forma de resistência frente a uma possível reintegração. Não se pode afirmar que não havia disposição do movimento. A assembléia na noite anterior ao despejo votou pela resistência. É verdade que, de manhã, com a presença da repressão, uma nova assembléia realizada às pressas decidiu pela saída pacífica. Os sem-teto entenderam que uma dura batalha exigia uma direção mais segura.

A saída pacífica, seguida do espancamento dos sem-teto transportados nos caminhões desviados pela PM, a falta de um lugar para ter de pernoitar no Paço Municipal, a expulsão do Paço, a ida sob chuva para a Praça da Matriz, por fim nova "transferência" para a quadra da escola de samba *Gaviões da Fiel*, foi uma séria derrota.

É verdade que a guerra não está perdida. O movimento tem reservas e seguirá sua marcha em frente. Mas extrair as lições corretas das lutas de hoje é condição para as vitórias de amanhã. Entender quem é o inimigo e diferenciar uma derrota de uma vitória é uma pré-condição elementar. ■

O FRACASSO DAS NEGOCIAÇÕES DA OMC

OS IMPERIALISMOS NORTE-AMERICANO E EUROPEU FRACASSARAM EM IMPOR A ABERTURA DOS SETORES DE SERVIÇOS DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS. O G-22, LIDERADO PELO BRASIL, PODERIA SE CONSTITUIR NUMA GRANDE FRENTE DOS PAÍSES DEVEDORES PARA NÃO PAGAR A DÍVIDA EXTERNA, MAS LIMITOU-SE A DEFENDER OS INTERESSES DE SEUS LATIFUNDIÁRIOS

YURI FUJITA,
da redação

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1995 para teoricamente administrar acordos comerciais multilaterais e solucionar possíveis controvérsias entre os países membros, mas na prática a OMC serve como mais um dos instrumentos dos países imperialistas, especialmente dos EUA, para impor o fim de quaisquer obstáculos que pudessem interferir no comércio das grandes multinacionais dos países ricos, impedindo ou dificultando assim o acesso a determinados segmentos dos mercados dos países mais pobres.

A cada dois anos a OMC organiza uma rodada de negociações. Sua quinta reunião, agora realizada em Cancún (México), deu prosseguimento a rodada de Doha (Catar), cujo principal objetivo era a redução das tarifas e subsídios agrícolas, nos países imperialistas (EUA, Europa e Japão) em troca da abertura de mercados de bens e serviços dos países subdesenvolvidos.

O bloco formado por EUA, União Européia e Japão, iniciou as negociações impondo todos os deveres aos países periféricos. O interesse pela abertura do chamado "setor de serviços" é nada mais do que ampliar a presença das multinacionais nos setores financeiros, dos países subdesenvolvidos, avançar na privatização da educação, saúde, controlar o comércio e os meios de transporte de longa distância etc.

Por outro lado, os países periféricos formaram um grande grupo, capitaneado pelo Brasil, reunindo 22 países, o G-22, que respondem conjuntamente por um terço da produção da agricultura mundial, para pressionar os países imperialistas a retirar os subsídios ao seus agricultores.

As "ajudas" dos países imperialistas aos seus agricultores chegam a 1 bilhão de dólares diários. Isso faz com que estes países possam exportar produtos agrícolas com um preço mais baixo, distorcendo os preços de produção e impedindo que os países subdesenvolvidos ocupem parte do mercado mundial.

Fotos Indymedia

ATIVISTAS protestam com máscaras de governantes do G8

Além dos subsídios, os países subdesenvolvidos queriam o fim das barreiras (tarifas) que impedem o acesso dos produtos agrícolas aos mercados dos EUA, da União Européia e do Japão.

Porém o G-22, como afirmou o representante brasileiro, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, *"não estava unido por questões ideológicas e sim para ampliar os mercados"*. E entrou, portanto, disposto a fazer as concessões necessárias para que o fim dos subsídios agrícolas fosse debatido.

Mesmo com as enormes concessões propostas pelo G-22, os EUA e a União Européia não aceitaram reduzir mesmo parcialmente o extraordinário valor dos subsídios. Atendendo assim ao fortíssimo lobby dos agricultores de seus países.

O colapso da reunião da OMC revelou mais uma vez que as chamadas rodadas de negociação não passam de instrumentos de pressão utilizados pelo imperialismo mundial para impor seus planos na área comercial.

Porém, mesmo com o fracasso da rodada de Cancún, o governo norte-americano, como afirmou o representante Zoellick um dia depois de terminada a reunião, pretende utilizar acordos bilaterais para pressionar a aprovação de medidas que abram os mercados para as empresas dos EUA.

O QUE DEVERIA FAZER O G-22?

Entretanto, do lado de cá, o grupo dos 22 países, que causou inclusive esperanças a todo um setor dos movimentos sociais, foi tão ousado que ofereceu quase a casa inteira em troca de um pedaço de "quintal soberano".

Na verdade estavam dispostos a entregar às multinacionais setores como educação e saúde, em troca de aumentar a exportação dos grandes latifundiários. O chamado setor de agronegócios (agricultura para exportação) tinha voz ativa na negociação, sendo consultado pelo ministro de Relações Exteriores brasileiro, enquanto quase duas mil entidades que representavam trabalhadores, juventude e camponeses, proibidas de se aproximarem, aguardavam os resultados a dez quilômetros de distância do encontro.

Um bloco de países subdesenvolvidos que verdadeiramente quisesse virar o jogo deveria em primeiro lugar questionar a sangria de recursos que enviamos para o pagamento da dívida externa. O G-22 não somente representa a metade da produção agrícola mundial, detém também mais de 80% da dívida externa dos países pobres.

Com o grande respaldo obtido por liderar os chamados países periféricos, o governo brasileiro deveria fazer um chamado à constituição de um grande bloco de países devedores, que tenha como objetivo a ruptura com o FMI e o não pagamento da dívida externa, colocando assim em cheque os principais mecanismos de subordinação ao imperialismo. Mas a opção, como disse Amorim, é somente lutar por acesso aos mercados. ■

Em Cancún, protestos. Em Brasília, papelão da UNE

Cerca de 30 mil ativistas protestaram em Cancún de 10 a 14 de setembro. Ocorreram também atos no Brasil, em países da América Latina, Ásia, Europa e EUA.

No Brasil, a direção majoritária da UNE fez um papelão, com uma homenagem ao ministro Celso Amorim. O ministro recebeu uma placa, com elogios por sua *"defesa do Brasil"*. Detalhe: um dia antes, na entrega do abaixo-assinado pelo plebiscito oficial da Alca, a maioria da direção da UNE não estava presente.

Foto Marcelo Casal / Ag. Brasil

Rafael Pops, da *Articulação de Esquerda*, Celso Amorim e Gustavo Petta, do PCdoB

Intensificar a luta contra a reforma da Previdência

CARLA LISBOA,
de Brasília (DF)

Os servidores públicos continuam atuando contra a reforma da Previdência. Várias atividades estão sendo realizadas nos estados - contra as propostas de emenda à Constituição (PEC) 67 e 40 - e no Congresso, com seminários, audiências públicas e o corpo-a-corpo com os senadores pedindo voto contra a proposta do governo.

Nas últimas semanas servidores intensificaram as pressões para que o governo federal retome as negociações e têm discutido saídas para enfrentar o golpe desferido pelo procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, que lançou mão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 2.968, a fim de remeter 480 mil servidores públicos federais, entre aposentados, ativos e pensionistas, ao regime geral da Previdência, num disfarçado plano B para a eventualidade de o governo não conseguir aprovar a reforma da Previdência na íntegra.

A intenção do governo é embuti-la na reforma da Previdência e reduzir ainda os gastos com pessoal. Se a Adin for julgada procedente, servidores contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) até 1990 podem deixar o Regime Jurídico Único e perder uma série de direitos, como a aposentadoria integral – o que atingiria inclusive os aposentados.

No dia 23 deste mês a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) realizará uma grande discussão sobre as mudanças que o governo pretende fazer no sistema previdenciário. O debate terá a participação de senadores e intelectuais que estão contra a reforma.

A CNESF também decidiu intensificar a luta para a retomada das mesas de negociação e planeja a realização de uma nova marcha em Brasília na primeira quinzena de outubro, próximo ao dia de votação da PEC 67 em primeiro turno no Senado. Depois da marcha está previsto um encontro entre os funcionários públicos das três esferas. ■

PSTU CRESCE NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO

MILITANTES CONSTRÕEM PARTIDO EM 12 CIDADES. CRESCE O NÚMERO DE ATIVISTAS QUE ROMPEM COM O PT E COM O GOVERNO LULA

Partido faz encontro no Sul Fluminense

Os primeiros meses do governo Lula, com a "reforma" da Previdência, o sim à Alca e a aplicação do projeto do FMI, deixaram muitos petistas atônitos. No sul do Estado do Rio, a reação foi outra. Em Valença, 10 militantes romperam com o PT e com o governo e vieram ao PSTU. Em Itatiaia, foram 12 companheiros. Algo semelhante acontece também em Barra do Piraí, Barra Mansa, Angra dos Reis e Resende, que sedia empresas como a Basf e a Volks, e um grande setor químico.

As filiações destes novos militantes vêm sendo feita com atos de lançamento do PSTU nos municípios, como o de Itatiaia, no dia 23 de agosto. Os companheiros não pouparam esforços na convocação e, desde a manhã, 20 carros anunciavam o surgimento do PSTU neste importante pólo químico e turístico. O esforço construiu um acontecimento histórico na cidade, e mais de 80 pessoas participaram do ato na Câmara de Vereadores.

O ato reuniu novos militantes do PSTU do Sul Fluminense, como os de Barra Mansa e Volta Redonda, e Peter Herman, eletricitário e ex-candidato a prefeito de Barra do Piraí pelo PT. A mesa do ato também contou com Cyro Garcia, presidente estadual do partido, Tarcísio Xavier, de Volta Redonda, e Rogério Cunha, um dos principais organizadores do PSTU em Itatiaia. Dos seis membros da comissão provisória de Itatiaia, cinco são mulheres, demonstrando que o lugar das lutadoras é no PSTU.

O ato foi marcado por protestos contra a política traidora do PT e a necessidade da atuação conjunta do PSTU no Sul Fluminense. Uma coordenação, com dois militantes de cada cidade, fará reuniões mensais. O próximo encontro acontecerá na inauguração da sede de Volta Redonda. Após sete anos sem sede, a Regional voltará a estar ao lado da Companhia Siderúrgica Nacional, próximo do setor operário da cidade. ■

Novos militantes no norte do estado e na Região dos Lagos

Do outro lado do estado, o PSTU está nascendo com força, com atuação no campo, na juventude, servidores públicos e profissionais de Educação. O partido já tem filiados em Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Campos, Araruama e São João da Barra. Em muitos locais a construção do partido está bastante avançada.

No dia 6 de setembro, uma reunião com 25 pessoas lançou o PSTU em Rio das Ostras. Com panfletagens na cidade, seu surgimento foi noticiado pelos jornais locais. Ativistas do assentamento Cantagalo filiaram-se ao partido, somando-se aos professores e estudantes. O assentamento existe desde 1995, e as cerca de 50 famílias lutam até hoje com o Incra pela posse das terras. A região conta ainda com outros dois assentamentos, que juntos organizam cerca de 400 famílias, sem ligações com o MST.

Em Araruama, um grupo com atuação no funcionalismo municipal entrou no partido. Eles distribuíram um boletim na feira, com os motivos por que vieram ao PSTU, "*um partido que não perdeu sua identidade de defesa dos trabalhadores, que até o PT perdeu*". Para o final de outubro, está sendo organizado um grande encontro com os novos militantes da Região dos Lagos.

No norte do estado, foram criados os diretórios de São João da Barra, no dia 23/8, e de Campos, no dia 20/9 ■

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

ALAGOAS
- **MACEIÓ**
  R. Pedro Paulino, 258 - Poço
  (82) 336.7798 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ
- **MACAPÁ**
  Rua Prof. Tostes, 914 - Santa Rita
  (96) 9963.0775
  macapa@pstu.org.br

AMAZONAS
- **MANAUS**
  R. Luiz Antony, 823 - Centro
  (92)234.7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA
- **SALVADOR**
  R.Coqueiro de Piedade, 80
  Barris (71)328.7280
  salvador@pstu.org.br
- **ALAGOINHAS**
  R. 13 de Maio, 42 - Centro
  alagoinhas@pstu.org.br

CEARÁ
- **FORTALEZA**
  fortaleza@pstu.org.br
  CENTRO
  Av. Carapinima, 1700 - Benfica
  BARRA
  Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema
  GRANJA PORTUGAL
  Rua Taquari, 2256
  MARACANAÚ
  Rua 1, 229 - Cj. Jereissati1

DISTRITO FEDERAL
- **BRASÍLIA**
  Setor Comercial Sul - Quadra 2 -
  Ed. Jockey Club - Sala 102
  brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO
- **VITÓRIA**
  Av. Princesa Isabel, 15 - Ed.
  Martim de Freitas, 1304 -Centro

GOIÁS
- **GOIÂNIA**
  R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11,
  Setor Leste Universitário -
  (62)261-8240 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO
- **SÃO LUÍS**
  (98)276.5366 / 9965-5409
  saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO
- **CUIABÁ**
  Av. Couto Magalhães, 165
  Jardim Leblon
  (65)9956.2942 9605.7340

MINAS GERAIS
- **BELO HORIZONTE**
  bh@pstu.org.br
  CENTRO
  Rua da Bahia, 504 - sala 603 -
  Centro (31)3201.0736
  CENTRO - FLORESTA
  Rua Tabaiares, 31 - Floresta
  (31)3222.3716
  BARREIRO
  Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5
  Praça da Via do Minério
- **CONTAGEM**
  Rua França, 532/202 - Eldorado
- **JUIZ DE FORA**
  Av. Barão do Rio Branco,
  3008 - bloco C - ap. 301
  (32) 9965.1240 9966.1136
- **UBERABA**
  R. Tristão de Castro, 127 -
  (34)3312.5629
  uberaba@pstu.org.br
- **UBERLÂNDIA**
  R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ
- **BELÉM**
  belem@pstu.org.br
  SÃO BRÁS
  Av. Gentil Bittencourt, 2089 -
  (91)259.1485
  ICOARACI
  Conjunto da COHAB,
  Trav. S1, nº 111
  (91) 9993.5650 / 227.8869
- **CAMETÁ**
  R. Cel. Raimundo Leão, 925 Centro

PARAÍBA
- **JOÃO PESSOA**
  R. Almeida Barreto, 391 -
  1º andar - Centro
  (83)241-2368 -
  joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ
- **CURITIBA**
  R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO
- **RECIFE**
  R. Leão Coroado, 20/1º andar,
  Boa Vista (81)3222.2549
  recife@pstu.org.br

PIAUÍ
- **TERESINA**
  R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO
- **RIO DE JANEIRO**
  rio@pstu.org.br
  PRAÇA DA BANDEIRA
  Tv. Dr. Araújo, 45 -
  (21)2293.9689
  CAMPO GRANDE
  Estrada de Monteiro, 538/Casa 2
  JACAREPAGUÁ
  Praça da Taquara, 34 sala 308
- **DUQUE DE CAXIAS**
  R. das Pedras, 66/01, Centro
- **NITERÓI**
  R. Visconde de Itaboraí, 330 -
  Centro (21)2717.2984
  niteroi@pstu.org.br
- **NOVA FRIBURGO**
  Rua Souza Cardoso, 147 - Vila
  Amélia - *friburgo@pstu.org.br*
- **NOVA IGUAÇU**
  R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro
- **VALENÇA**
  valenca@pstu.org.br
- **VOLTA REDONDA**
  Rua 2, 373/101 - Conforto

RIO GRANDE DO NORTE
- **NATAL**
  CIDADE ALTA
  R. Dr. Heitor Carrilho, 70
  (84) 201.1558
  ZONA NORTE
  Av. Maranguape, 2339
  Conj. Panatis II

RIO GRANDE DO SUL
- **PORTO ALEGRE**
  R. General Portinho, 243
  (51) 3286.3607 -
  portoalegre@pstu.org.br
- **BAGÉ**
  Rua do Acampamento, 353 -
  Centro - (53) 242.3900
- **CAXIAS DO SUL**
  Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
  (54) 9999.0002
- **GRAVATAÍ**
  Rua Dr. Luiz Bastos do Prado,
  1610/305 Centro
  (51) 484.5336
- **PASSO FUNDO**
  XV Novembro, 1175 - Centro -
  (54) 9982-0004
- **PELOTAS**
  Rua Santa Cruz, 1441 - Centro -
  (Próximo a Univ. Católica)
  (53)9126.7673
  pelotas@pstu.org.br
- **RIO GRANDE**
  (53) 9977.0097
- **SANTA MARIA**
  (55) 9989.0220 -
  santamaria@pstu.org.br
- **SÃO LEOPOLDO**
  Rua João Neves da Fontoura,864
  Centro 591.0415

SANTA CATARINA
- **FLORIANÓPOLIS**
  Rua Nestor Passos, 104 Centro
  (48)225.6831
  floripa@pstu.org.br

SÃO PAULO
- **SÃO PAULO**
  saopaulo@pstu.org.br
  CENTRO
  R. Florêncio de Abreu, 248 -
  São Bento
  (11)3313.5604
  ZONA LESTE
  Av. São Miguel, 9697
  Pça do Forró - São Miguel
  (11) 6297.1955
  ZONA OESTE
  Av. Corifeu de Azevedo
  Marques, 3483 Butantã -
  (11)3735.8052
  ZONA NORTE
  Rua Rodolfo Bardela, 183
  (tv. da R. Parapuã,1800)
  Vila Brasilândia
  ZONA SUL
  SANTO AMARO
  R. Cel. Luis Barroso, 415 -
  (11)5524-5293
  CAMPO LIMPO
  R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 -
  piso superior
- **BAURU**
  R. Cel. José Figueiredo, 125 -
  Centro - (14)227.0215-
  bauru@pstu.org.br
  www.pstubauru.kit.net
- **CAMPINAS**
  R. Marechal Deodoro, 786
  (19)3235.2867-
  campinas@pstu.org.br
- **CAMPOS DO JORDÃO**
  Av. Frei Orestes Girard, 371
  sala 6 - Bairro Abernéssia
  (12)3664.2998
- **EMBU DAS ARTES**
  Av. Rotary, 2917 - sobreloja
  Pq. Pirajuçara
  (11) 4149.5631
- **FRANCO DA ROCHA**
  R. Washington Luiz, 43
  Centro
- **GUARULHOS**
  R. Miguel Romano, 17 - Centro
  (11) 6441.0253
- **JACAREÍ**
  R. Luiz Simon,386 - Centro
  (12) 3953.6122
- **LORENA**
  Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro
- **MAUÁ**
  Rua Capitão João, 1152 sala 6
  (11) 6761.7469
- **OSASCO**
  R. São João Batista, 125
- **RIBEIRÃO PRETO**
  R. Saldanha Marinho, 87
  Centro - (16) 637.7242
  ribeiraopreto@pstu.org.br
- **SANTO ANDRÉ**
  R. Adolfo Bastos, 571
  Vila Bastos
- **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
  R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
  (11)4339-7186
  saobernardo@pstu.org.br
- **SÃO CAETANO DO SUL**
  Rua Eng. Rebouças, 707
  (esq. com Amazonas) -
  Oswaldo Cruz
- **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
  sjc@pstu.org.br
  VILA MARIA
  R. Mário Galvão, 189
  (12)3941.2845
  ZONA SUL
  Rua Brumado, 169 Vale do Sol
- **SOROCABA**
  Rua Prof. Maria de Almeida, 498 -
  Vila Carvalho (15)211.1767
  sorocaba@pstu.org.br
- **SUMARÉ**
  Av. Principal, 571 - Jd. Picemo I
- **SUZANO**
  Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro
  (11)4742-9553
- **TAUBATÉ**
  Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/
  sala 113 - Centro

SERGIPE
- **ARACAJU**
  Pça. Promotor Marques
  Guimarães, 66 A,
  cjto. Augusto Franco - Fonolândia
  aracaju@pstu.org.br

- **SEDE NACIONAL**
  R. Loefgreen, 909
  Vila Clementino - São Paulo (SP)
  CEP 04040-030
  (11) 5575.6093
  pstu@pstu.org.br

NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org

Fala Zé Maria

É preciso um Movimento Unitário por um Novo Partido

Durante muitos anos centenas de milhares de ativistas deram o melhor de si para construir o PT como um partido dos trabalhadores para as lutas. O melhor desta vanguarda hoje vê com enorme decepção o governo Lula: este é o governo que está impondo a reforma da Previdência, negocia a Alca, não faz nada pela reforma agrária, mantém preso Zé Rainha e deixa livre as milícias do latifúndio.

Já existe hoje um movimento, ainda incipiente, para a criação de um novo partido de esquerda no país. Um movimento que pode ajudar a criar uma alternativa de esquerda de massas perante a falência do PT.

Este movimento tem hoje quatro componentes importantes que têm se reunido em diversos atos em todo o país : milhares de ativistas independentes, em particular dirigentes sindicais e da juventude; grupos regionais ; Heloísa Helena, os parlamentares radicais (Babá, Luciana Genro, João Fontes) e o PSTU.

Nós, do PSTU, já manifestamos diversas vezes nossa disposição de construir um movimento unitário para discutir com todos os setores que se disponham a construir este novo partido. Entre os ativistas independentes existe um claro sentimento por este novo partido. Os parlamentares radicais estão às vésperas de sua expulsão do PT. Tudo pareceria caminhar no sentido de avançar nesta direção unitariamente.

Mas isso pode ser frustrado, o que seria um sério erro. Os parlamentares radicais Luciana Genro, Babá e João Fontes fizeram um ato no Rio, lançando já o novo partido, que teria até nome (PTS), e o programa "dos últimos 20 anos do PT". Com a pressa de compor uma legenda "para apresentar uma alternativa eleitoral em 2006", os companheiros querem impor, a todos os outros componentes do movimento, a legalização de um partido sem discussão pela base do programa, concepção e estatutos.

Isso é uma grosseria, uma metodologia equivocada que deve ser retificada pelos companheiros. É no PT que os parlamentares decidem, e a base só busca votos (ou afiliações eleitorais). Em que discussão de base se votou um nome para este novo partido? Só no PT se pode chegar à conclusão que o programa necessário é o "programa defendido pelo PT nos últimos 20 anos". Este partido teve vários programas, terminando por aplicar o mesmo de FHC.

Quem definiu na base deste movimento que o grande objetivo do novo partido é apresentar uma alternativa eleitoral em 2006? Nós defendemos que o novo partido tenha seu centro nas lutas diretas dos trabalhadores e não nas eleições. Podemos e devemos participar de eleições, mas não vamos repetir os erros do PT de jogar todos seus esforços em eleições e eleições.

Existe um claro sentimento na vanguarda que quer construir um novo partido de que não podemos repetir os mesmos passos do PT. Acreditamos que estes companheiros não perceberam esta realidade e querem dar continuidade a uma metodologia equivocada.

Houve inúmeras manifestações de rechaço a esta postura por parte destes parlamentares. Em função desta resistência , foram feitas algumas correções. Babá agora diz que deve haver discussão de programa pela base, ao contrário do que divulgaram no ato do Rio de Janeiro. Mas esta discussão, segundo Babá, só iria até maio de 2004, porque senão prejudicaria o essencial, que é a legalização da nova legenda. Mais uma vez, aqui é a participação nas eleições que determina tudo.

Mas o pior é que, para evitar a discussão e a polêmica, os parlamentares radicais estão promovendo atividades em todo o país, nas quais excluem o PSTU. Enquanto o PSTU, os dirigentes da greve do funcionalismo público e os grupos regionais propõem atividades conjuntas com os parlamentares radicais, eles convocam atividades em separado, nas quais os outros componentes podem , no máximo, fazer "saudações". Parece que a discussão ampla na base não é bem-vinda.

Existe uma clara dinâmica dos companheiros de fazer um movimento por um novo partido em separado, dividindo o que deveria nascer unitário. Isto seria um crime, que atenta contra o sentimento de unidade que existe em toda a vanguarda que está rompendo com o PT.

É necessário começar já um movimento unitário com todas as correntes e ativistas de esquerda que romperam com o PT e o governo para discutir a criação de um novo partido. Vamos começar uma discussão democrática sobre um programa para o país, e que tipo de partido necessitamos. As necessárias tarefas de legalização deste novo partido (que consideramos muito importantes) devem vir depois das definições de programa e de que partido queremos. Chamamos os companheiros parlamentares radicais a mudar seu rumo e virem conosco neste processo. Venham discutir suas posições no interior deste movimento, e ouvir as posições da base.

Devemos promover atos, debates e seminários em todo o país com este conteúdo. Em cada cidade vamos conformar coordenações unitárias do movimento, para avançar na preparação das atividades conjuntas. Vamos discutir a preparação de um encontro nacional do movimento pelo novo partido. ■

Nos estados

Minas e Goiás elegem a coordenação provisória do movimento e intensificam a coleta de assinaturas para o manifesto

Os debates continuam acontecendo em todos os cantos do país.

Em **Belo Horizonte**, no dia 6 de setembro, no auditório da Sociedade Mineira de Engenheiros foi lançado o Manifesto "*Precisamos de um novo partido que unifique a esquerda brasileira*". O ato reuniu cerca de duzentos sindicalistas e ativistas dos movimentos popular e estudantil da região metropolitana de Belo Horizonte e também de algumas cidades do interior de Minas, que enviaram seus representantes.

Neste evento foi eleita uma coordenação provisória que vai ficar responsável em intensificar a coleta de assinaturas no Manifesto e reproduzir, em reuniões regionais, a apresentação do manifesto e o lançamento do movimento por um novo partido de esquerda.

Entre as várias manifestações de apoio que chegaram durante o ato, teve destaque a do professor Sérgio Ricardo de Souza, presidente do Sind-CEFET, acompanhado de vários representantes do ANDES – Região Leste e do mesmo Sind-CEFET.

Além da coleta de assinaturas, ficou decidida a realização de um seminário estadual, ainda este ano, que discuta as diretrizes do programa e funcionamento do novo partido.

Em **Goiânia**, cerca de 60 pessoas estiveram presentes ao debate onde se discutiu o governo Lula e a necessidade de um novo partido, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de Goiás. O tom do debate foi a necessidade de construir um novo partido que unifique a esquerda socialista brasileira e torne-se um instrumento de combate ao imperialismo e as medidas tomadas por Lula. Ao final elegeu-se uma coordenação para a dar continuidade ao movimento.

É importante a cidade que não realizou, marcar já a sua atividade!

E não esqueça de mandar o informe de como foi para o jornal através do e-mail ***opiniao@pstu.org.br***

NOVOS DEBATES:

SETEMBRO
19 - Curitiba (PR)
20 - Juiz de Fora (MG)
20 - Florianópolis (SC)
22 - Salvador (BA)
27 - Divinópolis (MG)

OUTUBRO
3 - São José dos Campos (SP)
11 - Rio de Janeiro* (RJ)
18 - Belém (PA)

* seminário estadual, na Uerj